

Diretrizes curriculares e o posicionamento de agentes do campo acadêmico: antecedentes históricos de um debate

Directrices curriculares y el posicionamiento de agentes del campo académico: antecedentes históricos de un debate

Curricular guidelines and the position of agents in academic field: historical backgrounds of a debate

Recebido em: 23/01/2020

Aceito em: 26/09/2020

DOI: 10.46952/rebej.v10i26.366

RESUMO

O artigo aborda aspectos do posicionamento de entidades representativas do campo acadêmico (SBPJor, FNPJ e Compós) no período de discussão da proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Jornalismo, em 2009, bem como os antecedentes históricos deste processo. Retoma aspectos do debate presente no final da década de 1990, no contexto das diretrizes curriculares para a área de Comunicação Social - formulada com o objetivo de qualificar o ensino após a fase de vigência dos currículos mínimos. Analisa argumentos mobilizados a respeito da formação e identidade atribuída aos cursos da área, bem como as disputas subjacentes evidenciadas a partir deste processo.

PALAVRAS-CHAVE

Diretrizes curriculares. Jornalismo. Campo acadêmico. Identidade dos cursos. Antecedentes históricos.

RESUMEN

El artículo aborda aspectos del posicionamiento de entidades representativas del campo académico (SBPJor, FNPJ y Compós) en el período de discusión de la propuesta de Directrices Curriculares Nacionales para el Curso de Periodismo, en 2009, también son discutidos los antecedentes históricos de ese proceso. Retoma aspectos del debate presente a finales de la década de 1990, en el contexto de las directrices curriculares para el área de Comunicación Social - formuladas con el objetivo de calificar la enseñanza después de la fase de vigencia de los currículos mínimos. Se analizan argumentos movilizados acerca de la formación e identidad atribuida a los cursos del área, así como las disputas subyacentes evidenciadas a partir de este proceso.

PALABRAS CLAVE

Directrices curriculares. Periodismo. Campo académico. Identidad de los cursos. Antecedentes históricos.

ABSTRACT

This article focuses on the positions held by academic institutions (SBPJor, FNPJ and Compós) regarding the proposal of National Curricular Guidelines for Journalism Courses in 2009, and also addresses the background of this discussion process. It touches on aspects of the debate held at the end of the 1990s on curricular guidelines for Social Communication. The objective is to qualify education after the initial phase of minimum curricula. It analyzes arguments around education and identity of courses in this field, as well as underlying disputes that have resulted from this process.

KEYWORDS

Curricular Guidelines. Journalism. Academia. Identity of courses. Historical Backgrounds.



Michelle Roxo de Oliveira

Doutora em Comunicação. Professora substituta no curso de Jornalismo da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

michelle_roxo@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

Em 18 de setembro de 2009, uma comissão de especialistas, nomeada pelo Ministério da Educação para propor diretrizes curriculares nacionais para o curso de Jornalismo, entregou seu relatório final ao então ministro da pasta, Fernando Haddad, após sete meses de trabalho e a realização de três audiências públicas. Concluía-se, ali, uma etapa do processo de reconhecimento do Jornalismo como curso específico, depois de seu posicionamento por cerca de quarenta anos na estrutura de ensino como uma das habilitações do curso de Comunicação Social¹.

Este processo contou com a participação ativa de entidades representativas da área de Jornalismo. O Fórum Nacional de Professores de Jornalismo (FNPJ), a Federação Nacional de Jornalistas (FENAJ) e a Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor) produziram documentos públicos com seus respectivos posicionamentos e contribuições sobre o tema, manifestando interesses convergentes quanto à proposta de formação específica². A Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós) também fez circular um documento público, marcando, no entanto, posição contrária ao texto da comissão de especialistas, nos dias subsequentes à divulgação do relatório³.

Considerando estes documentos produzidos em 2009, o artigo⁴ aborda aspectos do posicionamento de entidades do campo acadêmico, bem como antecedentes históricos da discussão configurada em torno da proposta de diretrizes curriculares para os cursos de jornalismo. Retoma aspectos do debate presente no final da década de 1990, durante a construção das diretrizes curriculares para a área de Comunicação Social, formulada com o objetivo de qualificar o ensino após a fase de vigência dos currículos mínimos. Ressalta argumentos de ordem epistemológica, pedagógica e política mobilizados a respeito da formação e a identidade atribuída aos cursos da área, bem como as disputas subjacentes evidenciadas a partir destes argumentos. Disputas que invocam questões associadas à história do ensino de comunicação/jornalismo, e que são (re)atualizadas e ganham maior visibilidade ou impulso no contexto político de reformas educacionais, dos currículos mínimos às diretrizes curriculares.

4

¹ A comissão de especialistas foi composta por José Marques de Melo (presidente), Manuel Carlos Chapparo (USP), Alfredo Vizeu (UFPE), Eduardo Meditsch (UFSC), Luiz Gonzaga Motta (UnB), Sérgio Mattos (UFBA), Sonia Virgínia Moreira (UERJ) e Lucia Maria Araújo (representante do Canal Futura). Antes da redação do relatório, a comissão realizou audiências públicas, com o objetivo de consultar a posição de diferentes grupos sobre o tema.

² O texto das diretrizes curriculares para o curso de Jornalismo foi aprovado, com pequenas alterações em relação ao relatório da comissão de especialistas, no Conselho Nacional de Educação, em fevereiro de 2013. Neste artigo, não abordamos as especificidades do documento final, nem os desdobramentos relacionados à sua aplicação nos cursos da área.

³ No mesmo sentido, a Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social (Enecos) marcou posição contrária à proposta. Conforme nota oficial de posicionamento político da Enecos sobre as Novas Diretrizes Curriculares para o Curso de Jornalismo (2010) e a campanha nacional "Somos Todos Comunicação Social" (2010).

⁴ Este texto é parte de discussão mais ampla contida em um dos capítulos da tese de doutorado defendida em 2011, no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense (UFF): "Sobre fronteiras no jornalismo: o ensino e a produção da identidade profissional".

2 ANTECEDENTES HISTÓRICOS

Da década de 1960 aos anos 80, as reformas curriculares associadas ao ensino de jornalismo foram disciplinadas por um órgão de poder centralizador, o Conselho Federal de Educação (CFE), que normatizou cinco currículos mínimos para a área (MOURA, 2002), incluindo o emblemático texto de 1969, que posicionou o jornalismo na estrutura de ensino como uma das habilitações do curso de Comunicação Social e, com isso, propôs sentidos mais abrangentes para o perfil do egresso, com a criação da figura do comunicador social e da controversa habilitação polivalente. Esta habilitação foi “sepultada” pela reforma seguinte, de 1978, em função da pressão de setores, posicionados naquele momento, sobretudo, no contexto paulistano (SILVA, 2007), que defendiam a definição de fronteiras entre o universo das respectivas ocupações acolhidas pela Comunicação, revelando preocupações com um viés formativo para o jornalista dotado de maior especificidade⁵.

Inserido numa área de conhecimento emergente, a Comunicação - de recente historicidade, que vai adquirindo perfil acadêmico em termos institucionais, embora com base em um estatuto interdisciplinar – o espaço “próprio” do Jornalismo na estrutura de ensino, a partir da reforma de 1969, foi reservado ao momento habilitacional, sendo correntemente correlacionado nos currículos ao conteúdo técnico profissionalizante ou à vertente prática da formação, em oposição à formação teórica – associada às disciplinas de humanidades e de fundamentos específicos da área da comunicação. Este princípio teve desdobramentos na própria configuração dos docentes chamados a formar as novas gerações: professores/jornalistas com trajetória no mercado de trabalho em contraposição aos professores, de origens intelectuais diversas, com trajetória acadêmica num sentido mais estrito. Generalismo e especificidade, teoria e prática, humanismo e tecnicismo, cultura geral e especialização, fundo teórico humanístico e fundamentos da comunicação são algumas das heranças dicotômicas que marcaram o pano de fundo das discussões e reformas dos cursos de comunicação/jornalismo – coexistindo com acentos diferenciados nos currículos mínimos e expressando o posicionamento de correntes que defendiam orientações formativas distintas, as quais alcançaram maior ou menor representação segundo as relações de força em jogo em cada reforma. De forma subjacente a elas, a oposição entre “práticos” e “acadêmicos” ou entre jornalistas e “comunicólogos” também foram estratégias de classificação (algumas das quais, enunciações denunciadoras mobilizadas como estigma) que ganharam ressonância nos debates da área, situando as diferenças de perfis, posições de fala e princípios de legitimação dos docentes envolvidos no projeto formativo.

O texto curricular e o conhecimento nele corporificado, como produto de relações de força entre atores sociais envolvidos nessa luta e que frequentemente tem interesse numa ou noutra forma de definição⁶, pode ser compreendido, assim, como metáfora dos embates e negociações forjados em torno da definição dos modelos formativos e dos conhecimentos considerados legítimos no processo formativo. Ele

⁵ Ainda que superada pelo desenho habilitacional, a figura do comunicador polivalente permaneceu à espreita nas discussões sobre o ensino da área, sobrevivendo, de maneira indireta, na estrutura do tronco comum e tensionando correntes defensoras de fronteiras mais rígidas, segundo o horizonte das identidades ocupacionais, com consequências no debate contemporâneo. Não por acaso, ressurgiu como espécie de “fantasma” a ser combatido na proposta de novas diretrizes curriculares para os cursos de Jornalismo.

⁶ Perspectiva que nos remete a noção de campo de Bourdieu (1994 e 1996).

materializa uma dada narrativa, entre outras possíveis, de identidade, a partir da definição do tipo de profissional ou do sujeito que se deseja formar (SILVA, 2009).

A partir da década de 1990, em um contexto de mudanças mais amplas do ensino brasileiro, com a promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a estrutura curricular mínima deixa de ter força de lei e as orientações formativas da área passam a ter como parâmetro a figura das chamadas diretrizes curriculares. Embora mais abertas e flexíveis, o processo de construção das diretrizes – como narrativa curricular que orienta um dado modelo formativo e cuja definição também é alvo de disputa – colocou em confronto, no final da década de 1990, correntes que se posicionavam em defesa da especificidade da formação do jornalista ou em favor da permanência de uma estrutura única e integrada de curso (Comunicação Social)⁷.

Na ocasião, alguns atores – marcando posição de defesa em torno da especificidade do Jornalismo – movimentaram-se no sentido de propor a implantação de uma comissão própria que teria a função de elaborar diretrizes específicas, autorizar e reconhecer cursos com esta habilitação. A proposta, reivindicada originalmente pelo grupo que havia sido constituído para estabelecer critérios e parâmetros para o primeiro Exame Nacional de Cursos em jornalismo⁸, gerou muita polêmica e a Compós foi uma das vozes que manifestou posição contrária a ela, argumentando, entre outros aspectos, que “a separação estimularia uma hiper-especialização profissional, o que seria um desserviço ao estudante e a seus futuros espaços de trabalho” (COMPÓS, 1999).

Estas polêmicas evidenciavam/reatualizavam o confronto entre correntes que defendiam um modelo de formação de corte mais específico ou a dimensão de uma estrutura única e integrada de curso – confronto este que, entre outros aspectos, acionava a tensão histórica entre a figura de um comunicador em sentido amplo e de um jornalista de identidade mais estrita. Durante o ano de 1999, esses debates ganharam amplificação nas páginas do Observatório da Imprensa. Alguns artigos publicados na seção Diretório Acadêmico revelam o protagonismo assumido, neste período, por um grupo vinculado ao curso de Santa Catarina (UFSC) no sentido de marcar posição na luta pela definição de um modelo formativo para o jornalista dotado de fronteiras mais rígidas no campo acadêmico⁹.

6

⁷ O processo de definição das diretrizes curriculares para a área de Comunicação Social foi precedida por uma trajetória de discussões, polêmicas e encaminhamento de propostas, conforme relata Moura (2002) em sua análise do período.

⁸ Segundo texto publicado por Nilson Lage no Observatório da Imprensa (edição de 5 de julho de 1999), a primeira comissão do Provão foi composta, em 1997, por ele próprio (professor da Universidade Federal de Santa Catarina), José Salomão Amorim (Universidade de Brasília); Ricardo Ferreira Freitas (Universidade do Estado do Rio de Janeiro); Edson Faxina (Universidade do Paraná); Gérson Moreira Lima (Universidade Católica e de Santa Cecília, ambas de Santos), Alberto Dines (Laboratório Avançado de Estudos de Mídia, da Unicamp - Lbjor) e Antônio Fausto Neto (Universidade Federal do Rio de Janeiro). Faxina afastou-se da comissão durante os trabalhos.

Em seu relatório final, produzido após o primeiro Provão de Jornalismo, o grupo recomendou à SESU a criação de uma Comissão de Especialistas em Jornalismo, independente da comissão da área de Comunicação Social.

⁹ A esse respeito, destacamos alguns títulos: “Crítica ao currículo e defesa do jornalismo” (Nilson Lage, edição de 05 de abril de 1999); “Proposta de currículo consagra a não-profissão” (Eduardo Meditsch, edição de 20 de abril de 1999); “A formação, o currículo, novos e velhos erros” (Francisco Karam, edição de 5 de maio de 1999); “Odontologia já foi parte da Medicina. Lembram?” (Eduardo Meditsch, edição de 20 de maio de 1999); “Professores de Jornalismo, uni-vos!!!” (Luís Alberto Scotto, edição de 5 de junho de 1999); “Pela formação universitária específica dos jornalistas” (Nilson Lage, edição de 20 de agosto de 1999).

O confronto de posições, acentuado em função do contexto político das reformas associadas às diretrizes curriculares, seria sintetizado no final daquele ano por José Salvador Faro, então membro da Comissão de Especialistas de Ensino em Comunicação Social (CEE-COM), nos seguintes termos:

O ano de 1999 pode muito bem passar à história do ensino de Comunicação no Brasil e do ensino de todas as especificidades profissionais que a área engloba como aquele que permitiu que viesse à tona uma variedade inumerável de concepções sobre a sua prática, aparentemente colocando em campos opostos duas grandes correntes que, de forma simplificada, podem ser reunidas entre aqueles que se puseram pela preponderância de um campo de "múltiplas linguagens" e entre aqueles que advogaram a autonomia de uma dessas linguagens, a do jornalismo, cujo arcabouço teórico-conceitual o configuraria como um campo específico. (FARO, 1999, on-line).

Apesar de ter sido acolhida em princípio pela SESU, a iniciativa de criação de uma Comissão de Especialistas de Ensino de Jornalismo para propor diretrizes e parâmetros para habilitações específicas não foi aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). A Câmara de Educação Superior do CNE, em julho de 1999, emitiu voto contrário ao processo. Ao avaliar o mérito da questão, o relatório chamou atenção para a natureza "essencialmente interdisciplinar e multidisciplinar" da área de Comunicação Social, "que engloba a produção do sentido e mesmo do próprio real mediante símbolos consubstanciados em múltiplas linguagens" (PARECER, 1999, p. 382). O texto segue seu argumento nos seguintes termos:

Por outro lado, do ponto de vista prático, admitir a transformação de uma amostra de uma área de conhecimento em um campo específico de formação profissional pode ensejar o fortalecimento de especialismos ou da especialização em si, numa perspectiva contrária às tendências hodiernas de formação horizontal. (PARECER, 1999, p. 382).

Embora não tenha conseguido se impor do ponto de vista político, o episódio nos mostra que a defesa do jornalismo como curso específico estava sendo projetada neste momento. Anunciava, como pano de fundo, a inclinação de determinados atores a reivindicar uma posição de identidade mais favorável ao que é próprio do jornalismo no campo acadêmico, inclusive com o apelo, encabeçado pelo grupo da UFSC, a um estatuto teórico específico como princípio de legitimidade para a existência de um curso autônomo¹⁰. As sementes da proposta de diretrizes específicas, segundo o que podemos entrever, estavam sendo gestadas no final da década de 90, mas encontrariam condições mais favoráveis para sua afirmação dez anos depois.

Paralelamente a este episódio associado à tentativa de implantação de uma comissão específica, entidades representativas do Jornalismo se mobilizaram para que fosse contemplado no texto da CEE-COM uma definição mais clara das identidades habilitacionais, já que a proposta preliminar, apresentada pela comissão em fevereiro de 1999, fazia referência a cursos de Comunicação, sem especificação de habilitações¹¹.

¹⁰ Segundo informações da página institucional do curso da UFSC, desde 1988 o grupo de Santa Catarina "optou pela ênfase no Jornalismo", em contraponto à "comunicologia". Disponível em: <http://jornalismo.novo.paginas.ufsc.br/?page_id=313>. Acesso em: 14 nov. 2010.

¹¹ Definida como preliminar e parcial, a primeira versão do documento proposto pela Comissão de Especialistas da área da Comunicação não especificava os perfis, competências e habilidades por habilitação, embora houvesse indicativo de que estes itens deveriam ser discutidos pelos interessados em

Um marco desta mobilização foi a realização do Seminário Nacional de Diretrizes Curriculares do Ensino de Jornalismo, evento realizado em abril de 1999, em Campinas - como iniciativa do Curso de Jornalismo da PUC/Campinas, organizada e co-promovida pela Federação Nacional de Jornalistas (FENAJ), o Fórum Nacional dos Professores de Jornalismo (FNPJ), Observatório da Imprensa e GT de Jornalismo da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom). O documento de Campinas definiu competências e habilidades específicas para o egresso de Jornalismo¹² e teve repercussão significativa nas discussões associadas às especificidades das profissões da área da Comunicação Social no processo de construção da proposta final das diretrizes. (MOURA, 2002, p. 221). O texto que saiu deste evento, entre outras considerações, também reconheceu “como válida e legítima a possibilidade de existência de Cursos Superiores de Jornalismo não necessitando, assim, se constituir como uma habilitação de Curso de Comunicação” (PROPOSTA..., 1999, p.2).

Embora tenha incorporado contribuições do documento de Campinas, a posição final da comissão de especialistas da área de Comunicação é indicadora da compreensão de que seria necessário tratar de forma integrada a formação dos profissionais da área, valorizando a figura do comunicador social. No documento final¹³ que fundamentou o parecer CNE/CES 492/2001, a comissão apresentava como premissa a concepção de que representaria um risco para a formação o desmembramento dos cursos e enfatizava a importância de se manter diretrizes curriculares comuns, tendo em vista a forte organicidade da área da comunicação (DIRETRIZES, 1999, p.2). Entidades representativas da categoria profissional e de professores de jornalismo não se mostraram satisfeitas com o resultado final do texto, considerando que vários tópicos estavam em desacordo com as resoluções tomadas no Seminário de Campinas. No final de 1999, endereçaram ao Ministério da Educação pedido para que as diretrizes curriculares elaboradas pelos membros remanescentes da Comissão de Especialistas em Comunicação Social não entrasse em vigor (LAGE, 1999), mas a tentativa de barrar o documento não teve desdobramentos concretos.

As diretrizes curriculares para a área de Comunicação Social e suas habilitações foram homologadas em 2001 pelo Ministério da Educação. Feito com base na proposta de comissão de especialistas de ensino de Comunicação Social, o texto contemplou a perspectiva de uma formação integrada: manteve a centralidade da figura do comunicador social no projeto formativo, chamando atenção para a forte organicidade da área, e conservou a estrutura do modelo habilitacional.

Em 2009, entretanto, em um contexto político onde as relações de força se tornaram mais favoráveis a atores posicionados em defesa da especificidade do Jornalismo na estrutura universitária, o Ministério da Educação constituiu uma comissão própria para propor diretrizes curriculares nacionais para o curso de jornalismo, reconhecendo sua autonomia em relação ao curso de Comunicação Social. Após a trajetória de audiências públicas e debates, o texto foi encaminhado ao final de 2009 ao

contribuir com o documento final das diretrizes (MOURA, 2002). Por se reportar a figura genérica do comunicador social, o texto provocou reações desaprovadoras de atores que pressionavam pela especificidade da formação do jornalista.

¹² De acordo com Moura (2002), a partir do documento de Campinas, dirigido à habilitação em Jornalismo, a segunda e terceira versões do documento da CEE-COM passaram a especificar as habilitações, o perfil do egresso e as competências e habilidades específicas por habilitação.

¹³ A comissão de Redação deste texto final foi formada por José Salvador Faro, da UMESp (presidente da INTERCOM, na gestão de 1997-1999), Antonio Albino Rubim, da UFBA (presidente da Compós no mandato 1997-1999) e José Luiz Braga, da Unisinos.

Ministério da Educação, sendo aprovado, com pequenas alterações, no Conselho Nacional de Educação em fevereiro de 2013.

3 A PRESENÇA DA SBPJOR E DO FNPJ NO DEBATE

No processo de discussão sobre a proposta das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Jornalismo, no ano de 2009, a Associação Brasileira de Estudos de Jornalismo (SBPJor), o Fórum Nacional de Professores de Jornalismo (FNPJ)¹⁴ e a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj)¹⁵ produziram documentos públicos com seus respectivos posicionamentos e contribuições sobre o tema, os quais circularam, inclusive, em suas páginas institucionais na Internet. Estas entidades guardam em comum o fato de serem representativas da área de jornalismo (pesquisadores, docentes e profissionais) e manifestaram, na ocasião, interesses convergentes quanto à formação específica - interesses estes que, em certa medida, acreditamos terem sido acolhidos no texto das novas diretrizes¹⁶. Como aponta Lopes (2014, p.104), "tais entidades já vinham, desde anos anteriores, articulando meios políticos de modificar a estrutura da formação superior para jornalistas, desconectando-a do curso de comunicação".

Sem a pretensão de uma análise exaustiva, chamamos atenção a seguir para alguns sentidos construídos por esses atores em torno do tema, neste contexto anterior à finalização da proposta encaminhada ao MEC, com base em seus textos contributivos, quais sejam: "Proposta do FNPJ para a reformulação das diretrizes curriculares em jornalismo" (FNPJ, março de 2009) e "Contribuição ao debate sobre as Novas Diretrizes para o Curso de Jornalismo" (SBPJor, maio de 2009). Embora a Fenaj, no mesmo período, também tenha produzido documento sobre o tema (Contribuições finais da Fenaj às novas Diretrizes Curriculares do Jornalismo) e participado ativamente do processo de discussão da proposta, mobilizamos, aqui, preferencialmente argumentos de entidades representativas do campo acadêmico. Há que se ressaltar, contudo, que a proposta da Fenaj traz uma série de convergências em relação ao texto do FNPJ, na medida em que ambos estão baseados no Programa Nacional de Estímulo à Qualidade da Formação em Jornalismo e na proposta de diretrizes curriculares debatida no seminário nacional realizado em Campinas em 1999.

Em primeiro lugar, sobressai nestes documentos uma linha de argumentação que contempla a especificidade do conhecimento sobre o jornalismo como fundamental no processo de formação das novas gerações profissionais. Na proposta de 2009, o FNPJ afirma, por exemplo, que a formação do jornalista "deve se afirmar na especificidade e identidade da atividade, e não na generalidade das áreas nas quais se situa". O curso de jornalismo, diz o documento, tem de se estruturar "sobre um núcleo

¹⁴ O Fórum Nacional de Professores de Jornalismo foi constituído em 2004, e a Associação Nacional dos Pesquisadores de Jornalismo, em 2003. Embora o FNPJ tenha se estabelecido formalmente a partir de 2004, com a criação de estatuto, eleição e posse de sua primeira diretoria, a proposta de reunir professores dos cursos de Jornalismo é anterior a este marco. Surgiu do grupo que participou, em 1994, do Seminário de Atualização para Professores de Jornalismo (Labjor/Unicamp). Conforme informações da página institucional do FNPJ: <http://www.fnpj.org.br/historico>.

¹⁵ À época da divulgação destes documentos, Edson Spenthof (UFG – GO) era o presidente do FNPJ (gestão 2008-2010), Sérgio Murillo de Andrade (Santa Catarina) presidente da Fenaj (2007-2010) e Carlos Eduardo Franciscato (UFS) presidente da SBPJor (mandatos 2007-2009 e 2009-2011).

¹⁶ A ideia de que o jornalismo deveria constituir graduação específica já constava na pauta de resoluções do FNPJ e da FENAJ. Não por acaso, a comissão de especialistas sublinhou, em seu relatório, as deliberações aprovadas em 2006 por essas entidades sobre o tema. (Cf. DIRETRIZES..., 2009, p. 12).

identitário constituído pelas teorias, pelas técnicas e pela deontologia do jornalismo”, em torno do qual devem ser organizadas as necessárias interfaces com os saberes da área da comunicação e outros campos afins. Na visão do Fórum, a ideia de interdisciplinaridade (amplamente valorizada hoje, notadamente no âmbito das discussões de natureza pedagógica e epistemológica) não poderia ser usada como argumento para descaracterizar o jornalismo enquanto campo profissional e teórico.

A palavra “especificidade” é uma chave de entrada fundamental no documento do FNPJ, o qual não apenas defende essa orientação para os cursos da graduação como também para outros níveis de ensino. O documento postula a necessidade de cursos de mestrado e doutorado próprios em jornalismo como forma de preparar os futuros professores e promover a “reflexão crítica sobre a atividade”, recomendação que também aparecerá no texto da comissão de especialistas finalizado em 2009¹⁷.

O documento do Fórum Nacional de Professores de Jornalismo destaca que o delineamento de diretrizes do ensino que apontem para a crescente autonomia na formação profissional em Jornalismo é um ganho para a sociedade, segundo a perspectiva compartilhada pela FENAJ e SBPJor como entidades representativas do campo jornalístico. A afirmação deste lugar próprio é atravessada, no documento, por uma concepção forte de identidade para o jornalismo, norteadora explícita da formação profissional desejada.

(...) todas as formulações deste documento baseiam-se no dado histórico de que o jornalismo na contemporaneidade é aquele que se convencionou chamar de informativo, que desde o século XIX suplantou a imprensa opinativa, embora os veículos noticiosos ainda reservem espaços para a opinião e análise. E, aqui, é fundamental que o Jornalismo busque sempre, refletir/projetar a pluralidade dos sujeitos sociais da contemporaneidade, para além de crenças, interesses particulares ou afins. (FNPJ, 2009, p.1).

10

Ancorados na ideia de que o exercício de jornalismo exige competências específicas – com fundamentos éticos, técnicos e teóricos – FENAJ, SBPJor e FNPJ não apenas apresentaram pontos convergentes em relação à proposta das novas diretrizes, como alinharam, à mesma época, seu discurso na defesa da obrigatoriedade do diploma de nível superior em jornalismo, tema que entrou na pauta do Supremo Tribunal Federal (STF) em 2009¹⁸.

A exemplo do documento do FNPJ, o texto produzido pela SBPJor (Contribuição ao Debate sobre as Novas Diretrizes para o Curso de Jornalismo), chama atenção para a especificidade do jornalismo e a necessidade de se “aperfeiçoar o conhecimento do campo em si”. Destaca como condição para a formação dos futuros jornalistas o domínio deste “sub-campo específico de conhecimento comumente denominado, em sentido amplo, de estudos em Jornalismo” – desenvolvido a partir de um trabalho cumulativo de pesquisa, de base científica, que constitui um repertório de esquemas

¹⁷ A proposta da comissão recomendou a abertura de cursos de mestrado e doutorado com áreas de concentração em Jornalismo no sistema nacional de pós-graduação, “para atender à demanda crescente de novos professores para os cursos de graduação e de projetos de pesquisa científica na área”. Recomendou ainda a criação de um Programa Nacional de Aperfeiçoamento Docente destinado às novas gerações de professores de jornalismo, sob a justificativa de que muitos “foram titulados pelos cursos de pós-graduação na área teórica de Comunicação ou de disciplinas conexas, sem ter exercido plenamente a profissão e não raro sem o domínio cognitivo da sua especificidade” (DIRETRIZES..., 2009, p.25). Esta recomendação foi alvo de críticas da Compós, conforme destacaremos adiante.

¹⁸ Em 17 de junho de 2009, a corte aboliu a obrigatoriedade do diploma de jornalismo para o exercício da atividade, depois de décadas de vigência do decreto-lei 972/69.

explicativos sobre o Jornalismo e sua atuação na sociedade, ou seja, de um saber acadêmico específico. Um princípio de reivindicação da maturidade teórica da área e da especialização do objeto investigado, portanto, pode ser identificado neste processo.

Entendemos que as novas Diretrizes devem levar em consideração que o estudante precisa estar preparado para compreender o Jornalismo tanto como prática profissional quanto como campo científico. Para isso, é fundamental que as Diretrizes prevejam na formação curricular a indissociabilidade entre teoria e prática, fator essencial para que o egresso possa entender nossa área e suas especificidades. (...) Defendemos que conceitos, análises, reflexões que tenham o Jornalismo como objeto façam parte da matriz curricular durante a formação de todos os alunos e não apenas que, eventualmente, demonstrem pendor para a pesquisa acadêmica. Deste modo, *todos os eixos que compõem as Diretrizes devem, no nosso entender, apontar para a necessidade de se aperfeiçoar o conhecimento do campo em si*, possibilitando que o profissional, ao mesmo tempo em que esteja apto a exercer com competência sua profissão, possa compreendê-la melhor, de forma plena e integrada. (SBPJor, 2009, grifo nosso).

Considerando que o jornalismo se situa como especialidade das Ciências Sociais Aplicadas, o texto da SBPJor ressalta a necessidade de constante incentivo à pesquisa desta natureza. Não obstante, sublinhou que o campo do Jornalismo comporta abordagens e saberes interdisciplinares fundamentais para a formação do estudante e, nesse sentido, além dos conhecimentos específicos desta área, seria preciso privilegiar conteúdos das ciências humanas, das ciências da comunicação e da linguagem no processo formativo. Em outras palavras, a lógica da especificidade é invocada como orientadora do processo formativo, o que não significa desconsiderar a importância dos conhecimentos de fundo generalista, mas estabelecer certos parâmetros para a negociação dos enfoques considerados legítimos, de tal forma que um tipo de competência propriamente jornalística (e de uma base de conhecimentos articulada com essa especificidade) seja reconhecida, não renunciada.

Alinhado à própria natureza da SBPJor, como associação que congrega pesquisadores da área, o documento em questão também demonstrou preocupação de o ensino formar quadros “vacionados para a pesquisa em Jornalismo”, capacitados não apenas a atuar profissionalmente em empresas, mas também a seguir a carreira acadêmica na condição de pesquisadores e docentes. No rol de competências e habilidades necessárias ao jornalista, aponta que o egresso deve estar apto a “desenvolver atividades de ensino e pesquisa no campo específico do jornalismo”.

4 O CONTRAPONTO DA COMPÓS

Se os dois documentos acima, em linhas gerais, trouxeram pontos de convergência com o relatório final que seria apresentado meses depois pela comissão de especialistas (sobretudo ao defender a especificidade dos cursos e a busca por uma identidade própria na formação profissional), o tema em questão também suscitou manifestações contrárias no interior da comunidade acadêmica. Na lista de discussões da Compós, por exemplo, circularam críticas à proposta das novas diretrizes e, nos dias subsequentes à divulgação daquele texto, a diretoria da associação produziu um

documento¹⁹, manifestando preocupação quanto ao teor e às consequências do relatório final produzido pela comissão de especialistas nomeada pelo MEC.

Entre outros aspectos, o texto da Compós ressalta que a “argumentação que constrói toda a fundamentação e a justificativa do documento contrapõe o Jornalismo e a Comunicação”, criticando aquilo que identifica como uma “perspectiva ‘separatista’”.

Preocupa-nos a atomização do campo comunicacional que a adoção das diretrizes propostas poderia vir a causar numa área que vem tentando se construir do ponto de vista acadêmico-científico e suas consequências para a formação do aluno de Comunicação e para o Jornalismo, para a formação para a docência e para a pesquisa. (COMPÓS, 2009, p.1).

Na visão da associação, o trabalho com comunicação, num contexto de globalização e dinamismo tecnológico, favorece hoje uma lógica que caminha muito mais no sentido da integração do que de fronteiras habilitacionais específicas e prevê a figura de um comunicador polivalente, de um jornalista com capacidade de “olhar mais amplamente a sociedade”. No bojo desses argumentos, a associação criticou a proposta das novas diretrizes ao pontuar que a mesma “essencializa” uma dada concepção de jornalismo, militando em prol de uma visão específica e singular, em vez de acolher a diversidade de olhares e perspectivas conceituais sobre a atividade. A Compós sugere, assim, a necessidade de atenção e acolhimento a outros princípios e sentidos que podem ser acionados na resposta à pergunta “o que é ser jornalista?”, não contemplados no texto das novas diretrizes.

Parece-nos que, para garantir sua subsistência nas feições que adquiriram historicamente no mundo moderno, mesmo face às violentas transformações tecnológicas, sociais, econômicas e culturais dos últimos anos, é preciso que as concepções sobre a profissão e a identidade dos jornalistas se imobilizem. (...) A proposta de novas diretrizes defende o “domínio cognitivo da sua especificidade” precisamente num cenário em que os impactos tecnológicos das novas mídias põem em cheque uma vasta série de hábitos cognitivos e formas tradicionais de produzir e consumir informação. (COMPÓS, 2009, p.3-5).

Entre outras considerações, a associação ressaltou que a proposta parece “conformar-se a certa tendência de pensamento tecnicista e disciplinar”, num movimento contrário ao diálogo transdisciplinar observado em outras áreas de conhecimento e dentro do próprio campo da Comunicação. É interessante notar como o adjetivo “tecnicista” é acionado pela Compós como forma de criticar as reformas em curso naquele momento. Evidentemente esse marcador não é reconhecido por aqueles que apoiaram o teor das novas diretrizes – em função dos sentidos diversos que invocam e atribuem às reformas, dependendo do posicionamento e do ponto de vista (localizado) sobre o jogo.

A Compós também criticou o formato de TCC delineado pela proposta, de cunho necessariamente prático (desenho este que, conforme pontua a associação, ignora a docência e a pesquisa como campos de atuação possíveis ao jornalista)²⁰. Mostrou

¹⁹ Assinado por Itania Maria Mota Gomes (UFBA), na condição de presidente da associação; Julio Pinto (PUC-Minas), vice-presidente; e Ana Carolina Escosteguy (PUC-RS), secretária geral.

²⁰ Inicialmente, o relatório da comissão de especialistas desconsiderou a possibilidade de que o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) assumisse caráter teórico (monográfico). Este ponto foi revisto

preocupação em torno das consequências das diretrizes sobre a pós-graduação, como a tendência a querer impor, a exemplo da graduação, um “olhar fragmentado, limitado” a este nível de ensino.

Para a associação, o texto da comissão de especialistas extrapola seus objetivos e o âmbito de sua competência ao construir proposições para a pós-graduação; demonstra “atitude preconceituosa” em relação à formação teórica em Comunicação oferecida pelos programas de pós-graduação da área; e reduz a amplitude da formação em Jornalismo “desconsiderando as possibilidades de articulação dos diversos conteúdos e práticas da Comunicação”.

O contraponto da Compós evidencia, de modo significativo, as disputas entre atores sociais que, a partir de diferentes lugares de fala, constroem sentidos e defendem distintas posições a respeito da formação e a identidade atribuída aos cursos da área. Ao chamar atenção para os aspectos políticos e epistemológicos que orientaram o debate da comunidade acadêmica, em 2014, sobre a implantação das diretrizes curriculares nas faculdades brasileiras, Lopes (2014, p.113 e 114) também pontua que a configuração contemporânea “tem favorecido uma disputa entre dois eixos – o da comunicação e do jornalismo – os quais pleiteiam, cada um a seu modo, o status de teoria ou de grupo específico de conhecimento acadêmico”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tensão histórica entre a figura de um comunicador em sentido genérico e de um jornalista de identidade mais estrita (com contornos bem definidos) acompanhou a própria trajetória dos debates e reformas curriculares da área de Comunicação/Jornalismo, projetando perspectivas diferenciadas sobre os conhecimentos considerados legítimos no processo formativo, as disciplinas, os problemas e sentidos mobilizados por cada qual sobre o que é ser jornalista. Essa luta pela definição do modelo formativo dos cursos (e do perfil do egresso desejado) foi atualizada com a proposta das novas diretrizes curriculares nacionais para os cursos de jornalismo, em 2009, e o esforço político demonstrado pela comissão de especialistas, que elaborou o documento, no sentido de demarcar de maneira mais estrita a diferença do jornalismo em relação a outras práticas comunicacionais e de sua própria identidade enquanto área de saber no campo acadêmico. O episódio mobilizou, de um lado, atores sociais – articulados a entidades representativas de corte específico – que caminham no sentido de afirmação da especificidade do jornalismo e invocam a lógica da diferenciação disciplinar cumulativa nesta área. De outro, atores que marcaram oposição a este processo de diferenciação mais estrita de um modelo formativo em Jornalismo, criticando o que entendem como uma lógica de fragmentação e tendência à valorização do pensamento tecnicista e disciplinar.

Em cada momento histórico, o campo de disputas que conforma as reformas curriculares evidencia a posição dos agentes envolvidos e coloca em cena as conexões entre saber e poder, que fazem com que determinada definição de currículo seja contemplada, que fazem com que determinados conhecimentos e não outros sejam considerados legítimos (SILVA, 2009). Essas disputas trazem também como pano de fundo interesses políticos associados a posições de poder e acúmulo de capital específico no

posteriormente, por ocasião da aprovação do texto no Conselho Nacional de Educação (CNE-CES), que contemplou aquela modalidade para o TCC.

âmbito acadêmico. No campo científico, os conflitos epistemológicos são sempre, inseparavelmente, conflitos políticos, como pontua Bourdieu (1994).

A rigor, o problema da afirmação da especificidade do jornalismo se relacionou, no contexto de debate sobre as diretrizes, não apenas ao projeto de investimento em uma identidade profissional com contornos mais definidos para o jornalista diplomado, mas aos esforços de institucionalização e de conquista de legitimidade científico-acadêmica de uma subárea de conhecimento específico. Isto é, as discussões associaram-se ao ensino e à formação profissional, mas também, em sentido mais amplo, à própria lógica de diferenciação disciplinar, à reivindicação de uma "região" no espaço científico/acadêmico para o conhecimento constituído em torno do jornalismo.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. O Campo Científico. In: ORTIZ, Renato (org.). **Pierre Bourdieu – Sociologia**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1994, p. 123-155.

_____. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FARO, José Salvador. Reunir Experiências e Avançar. **Observatório da Imprensa**. Edição n. 77, 20 out. 1999. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/da201099.htm>>. Acesso em: 10 nov. 2010.

LAGE, Nilson. A criação da Comissão de Especialistas em Jornalismo. **Observatório da Imprensa**. Edição n. 70, 5 de jul. 1999. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/da050799.htm>>. Acesso em: 10 nov. 2010.

LOPES, Fernanda Lima. Política e epistemologia no debate sobre implantação das primeiras diretrizes curriculares para o curso de jornalismo no Brasil. **Revista Parágrafo**, v.2, n.2, p. 98-116, jul-dez de 2014.

MOURA, Cláudia Peixoto. **O curso de Comunicação Social no Brasil: do currículo mínimo às novas diretrizes curriculares**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

SILVA, Marco Antônio Roxo. **Jornalistas, pra quê? Militância sindical e o drama profissional**. Tese de doutorado defendida no programa de pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense (PPGCOM-UFF), 2007.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

Documentos

PARECER 678/99. Criação de Comissão de Especialistas de Ensino de Jornalismo. **Documenta**, Brasília, jul. 1999, p.381-382.

PARECER CNE/CES nº 492, de 3 de abril de 2001. Diretrizes Curriculares para a área de Comunicação Social e suas habilitações. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>>. Acesso em: 5 out. de 2008.

Diretrizes curriculares e o posicionamento de agentes do campo acadêmico

DIRETRIZES Curriculares da Área de Comunicação e suas habilitações. Documento da Comissão de Especialistas do Ensino de Comunicação Social. Brasília, 20 de julho de 1999.

DIRETRIZES Curriculares Nacionais para o Curso de Jornalismo. Relatório da Comissão de Especialistas instituída pelo Ministério da Educação. Portaria n. 203/2009, de 12 de fevereiro de 2009.

RESOLUÇÃO CNE/CES 16, de 13 de março de 2002. Estabelece as Diretrizes Curriculares para a área de Comunicação Social e suas habilitações.

Propostas e manifestos de entidades representativas

COMPÓS critica Comissão. Disponível em: Observatório da Imprensa (seção Diretório Acadêmico). Edição n. 69, 20 de junho de 1999. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/artigos/da200699.htm>>. Acesso em: 10 nov. 2010.

COMPÓS – Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação. Manifestação da diretoria da Compós sobre a proposta de Novas Diretrizes Curriculares para o Curso de Jornalismo. Salvador, 18 de dezembro de 2009.

FENAJ – Federação Nacional dos Jornalistas. Contribuições finais da FENAJ às novas Diretrizes Curriculares do Jornalismo. Brasília, maio de 2009.

FNPJ - Fórum Nacional de Professores de Jornalismo. Proposta do FNPJ para a Reformulação das diretrizes curriculares em Jornalismo. Versão Preliminar (20 de março de 2009).

PROPOSTA de Diretrizes Curriculares da Área de Comunicação e Habilitações Específicas. Seminário Nacional de Diretrizes Curriculares do Ensino de Jornalismo. Campinas (SP), 24 e 25 de abril de 1999. Curso de Jornalismo da PUC de Campinas, Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), Fórum Nacional de Professores de Jornalismo, Observatório da Imprensa e GT de Jornalismo da Intercom.

SBPJor – Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo. Contribuição ao debate sobre as novas diretrizes para o Curso de Jornalismo. Maio de 2009.

SBPJor – Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo. Carta pública da SBPJor sobre as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Jornalismo. Brasília, 5 de outubro de 2010.